



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de lançamento do  
Programa Nacional de Revitalização das  
Cooperativas de Produção Agropecuária*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 3 DE SETEMBRO DE 1998

*Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Doutor Marco Maciel; Senhor Ministro da Agricultura, Doutor Francisco Turra; Senhores Ministros da Fazenda, do Trabalho, da Previdência Social, da Casa Civil; Governador em exercício do Rio Grande do Sul, Vicente Bogo; Governador do Paraná, Jaime Lerner; Doutor Dalpasquale, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras; Nosso Deputado Carlos Melles, que é o Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo; Senhores Parlamentares que nos dão a honra da presença; Senhoras e Senhores Cooperativistas; Senhoras e Senhores,*

Tenho pouco a acrescentar, a não ser agradecer as referências hiperbólicas que aqui foram feitas a mim e, também, manifestar a minha satisfação pelo estado de ânimo que existe, hoje, na área agrícola do Brasil.

De fato, é de longa data, como ontem me referi, ao encerrar o nosso Fórum da Agricultura, desde que assumi o Ministério da Fazenda, sob o governo do Presidente Itamar Franco, que eu tenho uma preocupação imediata e direta com a agricultura, com o financiamento da agricultura.

Eu não sabia o grau de estrago que os programas de ajustes anteriores haviam causado à nossa agricultura. Foi de surpresa em surpresa que fui tomando consciência das dificuldades e de quanto havia que caminhar no sentido de reconstruirmos as bases, para que o Brasil voltasse a produzir, no campo, de maneira competente, remuneradora e, o quanto possível, tranquilizadora.

O endividamento era geral. Pior: se havia um endividamento geral, havia, também, um processo, já referido tantas vezes – e em geral atribuído a mim, que fiz o oposto disso –, de desmantelamento, com desemprego e exclusão no campo.

Nós, nesses três anos e meio de governo, estamos, efetivamente, tratando de reconstruir as bases da agricultura brasileira, no seu conjunto. E agradeço as palavras já aqui ditas, especialmente do Deputado Melles, que mencionou o fato de que nós fizemos em conjunto esse esforço. Também o disse o Dejanir Dalpasquale. Em conjunto com a Câmara, com o Senado, com o Executivo, com os agricultores, num penoso diálogo, de início, e, depois, num agradável diálogo, crescentemente cooperativo, porque baseado na confiança recíproca.

Eu ainda me recordo de um dia em que tive que tomar uma decisão, sem ter muitos elementos para ela, de, naquela altura, baixar as taxas de juros – não me recordo quanto, mas creio que para 16% ao ano. Havia uma pendência. A área econômica, com o zelo habitual, queria que fosse pelo menos 20. É isso, Pedro? Pouco menos. Nós tomamos a decisão. Não sabíamos, ainda, qual seria a inflação. E deu certo. Mas era com muita incerteza. Hoje é com muita segurança que nós tomamos as decisões na área da agricultura. Nós já sabemos quem é quem, onde estão os problemas, como começar a caminhar para que eles possam ser resolvidos. Não temos a ilusão de poder resolvê-los do dia para a noite, porque foram muitos anos de desmazelo. Só agora se recomeça um processo construtivo.

Mas isso não foi feito para um setor da agricultura. Nós procuramos atender ao conjunto da agricultura. Para começar, os sem-terra, aos quais ninguém acreditava que fosse possível dar terra na quantidade em que demos e, em seguida, o Pronaf. Como eu disse ontem, o agricultor que

tem terra e o pequeno agricultor familiar precisam ter a mesma atenção da sociedade que tem o sem-terra, porque eles estão produzindo.

E nós precisamos transformar, cada vez mais, os sem-terra em com-terra produtivos. E o Proterra e o Pronaf têm que convergir. O Pronaf foi, também, um instrumento criado neste governo, para atender a centenas de milhares de famílias, portanto, a milhões de pessoas que são pequenos produtores agrícolas, rurais, em geral.

E atendemos, progressivamente, com a securitização das dívidas, com o alargamento do prazo para as dívidas maiores. A securitização foi feita apenas para os endividados até 200 mil reais. Foi tudo feito com muito critério. E é natural, também, que se alcançasse o setor cooperativo, porque ele estava, ainda, fora desse sistema de atendimento de reconstrução no qual estamos envolvidos.

Esse programa, o Recoop – acabo de assinar a medida provisória –, não é para ser considerado, nem concebido, nem imaginado como se fosse uma operação hospitalar. Não se trata de volta ao passado, em que se coloca uma empresa no hospital do banco público. Não é isso que nós estamos fazendo. Estamos fazendo um processo criterioso de reconstrução efetiva das bases da atividade cooperativa. Nós tivemos que recusar a possibilidade de apoio a 212 cooperativas. O apoio dado às 439 é porque essas têm condições, efetivamente, de um renascimento forte. Esse renascimento não está baseado apenas em um empréstimo. Está baseado em um processo de capitalização, em um processo de gerência, que tem que ser, naturalmente, mais cuidado. Tem que haver mais investimento adequado, recursos para investimento, refinanciamento de dívidas bancárias e, como aqui foi dito, também controle do que está acontecendo.

Nós queremos, efetivamente, cooperativas que voltem a produzir, que tenham energia para produzir e que o façam dentro do mundo, como aqui foi dito, de uma terceira grande guerra, que é a guerra da qualidade e da competitividade. Mas não seria justo deixar à margem dessas possibilidades, em um mundo que se globaliza, milhares de produtores que não têm alternativa, senão através das cooperativas. Seria injusto. Seria um processo de exclusão colocá-los à margem nessa reconstrução da economia brasileira.

Certo. Nós sabemos das dificuldades. Por isso mesmo, decidimos dar um prazo de 15 anos, IGP e mais 4%, com um grande esforço, mas se resolvem, efetivamente, as condições da produção. E destinamos 2 bilhões e 100 milhões de reais, para que esse processo de reconversão das cooperativas possa, realmente, surtir os efeitos que já foram antecipados aqui, de aumento de produção, de aumento de exportação, de criação de mais oportunidades de emprego e assim por diante. Criamos, também, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, para dar margem a que, efetivamente, exista, aí, uma instituição capaz de levar adiante, progressiva e continuamente, os esforços na área das cooperativas.

Há, portanto, o que comemorar. Não são os senhores. É o Brasil. Nós estamos, nessa etapa de hoje, como já foi dito aqui, de certa maneira, invertendo a ordem, porque isso deveria ter sido feito antes da reunião do fórum, porque o fórum, ontem, já nos coroou esses esforços, mas faltava nessa coroa a pérola do cooperativismo, que agora está sendo posta, com toda a tranqüilidade e com toda a responsabilidade. Vamos, sim, fazê-lo.

E quero lhes dizer que a área econômica do Governo ponderou – e é dever dela ponderar – sobre a oportunidade desse lançamento. Por quê? Porque toda a gente sabe que o Brasil está em processo progressivo de ajuste fiscal, e continuará nesse processo. Esse processo é um processo, não é um ato de governo. É um compromisso que não se exaure na decisão do Presidente ou do Executivo, mas vai para o Congresso, depende do Congresso e depende da compreensão da sociedade.

Nós precisamos fazer o que os países mais avançados já fizeram: um pacto nacional pelo ajuste fiscal. Ajuste fiscal não pode ser visto como imposição, mordada do Executivo sobre o apetite gastador de quem quer que seja. Tem que ser visto como necessidade nacional, compartilhada, assumida de maneira correta, aberta, clara, pela sociedade. Vamos, sim, ter anos de ajuste fiscal. Não é um ato. Não é um pacote. Isso não resolve. É um processo.

Os Estados Unidos fizeram isso. Levaram anos para fazer esse ajuste fiscal. Mas, lá, houve um pacto no Congresso. E o próprio Partido Repu-

blicano, em oposição, foi o que mais cobrou a execução desse pacto. Quisera eu que a nossa oposição, aqui, cobrasse a execução de um pacto em favor do Brasil, ao invés de, o tempo todo, destruir o que é bom para o Brasil. Nós precisamos que haja, efetivamente, um pacto nessa direção.

Então, ponderei que não seria correto postergar essa decisão por causa do ajuste fiscal e decidi que os recursos eventualmente necessários para o risco nesses 2 bilhões e 100 milhões de reais, que não é público, é, basicamente, privado, para o risco, eventualmente, a ser coberto, fossem tirados de fontes orçamentárias e não fosse um acrescentamento ao orçamento, de tal maneira que o País todo perceba, e também a opinião internacional, que não se trata de uma liberalidade. Trata-se de uma responsabilidade de reconstrução do cooperativismo, para que nós possamos ter mais recursos, no futuro, com a exportação, com os impostos, com o lucro que vai ser gerado com esse esforço. É dentro desse sistema de responsabilidade que tomei essa decisão e que nós fizemos, efetivamente, aquilo que nos parece ser do nosso dever, para que possamos levar adiante as transformações da sociedade brasileira.

Quero terminar dizendo que é efetivo o que foi dito pelo Deputado Carlos Melles: nós temos que cuidar da boa sociedade. É importante ter em mente, sempre, que o objetivo dessas transformações não é, simplesmente, produzir mais lucro, não é, simplesmente, aumentar os impostos, aumentar a exportação, mas é criar uma nova sociedade. E essa nova sociedade depende da inclusão crescente de produtores, como é o caso dos que estão inscritos nas cooperativas, que não terão outra possibilidade de participar da competição internacional, senão através de cooperativas. É por isso que me encantou ouvir do Doutor Dalpasquale a preocupação social dos cooperativistas, porque é importante que se entenda que os fundamentos econômicos do Brasil são alicerçados, hoje, em uma vontade férrea da criação de uma sociedade melhor, mais solidária, mais homogênea, de uma boa sociedade.

Nós não poderemos descansar, enquanto líderes responsáveis – e líder não é só que é político, são aqueles que transformam e tomam a dianteira nas respectivas áreas de atuação –, não percebermos que, realmente, o Brasil está se transformando em uma boa sociedade.

Tenho a convicção de que o esforço ora feito, até mesmo agradecido por parte dos que me antecederam, vai nessa direção. É certo que nós queremos resolver uma situação objetiva, concreta e temos os meios para isso, mas nós queremos ir além disso. Nós queremos que, através do nosso trabalho conjunto, possamos, realmente, construir uma sociedade cada vez mais homogênea, cada vez mais democrática, cada vez mais confiante em si e, por isso mesmo, como disse o Ministro Turra, apesar das dificuldades – sempre há dificuldades na vida –, com muita força, com muita confiança em nós próprios. Nós temos a capacidade de nos unirmos para levar adiante as transformações do Brasil, sobretudo porque temos que pensar, como disse e repito sempre, que o Brasil, crescentemente, há de ser uma boa sociedade.

Muito obrigado.